

JOÃO LAVINHA



Panorâmica do trabalho desenvolvido

Em consequência de uma clara orientação da tutela do setor da Saúde (2000), a liderança do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge neste período procurou, com referência a padrões internacionais, reforçar na organização a vertente da investigação biomédica, sem descuidar as outras dimensões da missão, tal como estava definida na época, a saber: a observação em saúde/vigilância epidemiológica, a formação (académica e tecnológica) e outras atividades científicas e técnicas (função laboratorial de referência, prestação de serviços diferenciados). Aquela orientação também motivou um estreitamento das relações com o setor da Ciência & Tecnologia, em particular com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia e os outros laboratórios do Estado. No plano interno, completou-se a institucionalização do Conselho Científico (nos termos dos Decretos lei 124 e 125/1999) e foram identificadas as áreas científicas do Instituto: doenças crónico-degenerativas e genéticas; doenças infecciosas; epidemiologia, bioestatística e bioinformática; imunologia; saúde ambiental e da alimentação (Despacho 387/2001).

Em termos de recursos humanos, foram abertos concursos externos para a carreira de investigação técnica superior de saúde e de técnicos de diagnóstico e terapêutica, o que permitiu recrutar um total de cerca de uma centena de novos colaboradores. Foram, por outro lado, reativadas as Bolsas Ricardo Jorge (em linha com Decreto-Lei 123/99). A alocação de recursos financeiros aos diferentes centros passou a estar relacionada com a sua contribuição para a produtividade científica (em número de publicações/ETI) e para a obtenção de receitas próprias (valor da faturação pela prestação de serviços/ETI). A articulação entre a liderança de topo e as lideranças intermédias fez-se, para assuntos de interesse geral, nas sessões do Conselho Técnico-Científico e, para assuntos de interesse específico, nos despachos periódicos com os responsáveis das unidades operativas do Instituto.

No que respeita às infraestruturas, procedeu-se à reabilitação do Centro de Alimentação e Nutrição (Lisboa), à construção de um laboratório de biossegurança de nível 3 para o Centro de Tuberculose e Micobactérias (Porto) e de um nova ala no edifício-sede para o Centro de Saúde Ambiental e Ocupacional (Lisboa), à realocação de vários centros da Delegação do Porto, ao ordenamento físico da triagem e recolha de resíduos sólidos (Lisboa) e ao alargamento do estacionamento (Lisboa). Entretanto, iniciou-se ou prosseguiu a elaboração dos projetos e/ou programas funcionais para as novas instalações do Centro de Estudos de Vetores e Doenças Infecciosas (Águas de Moura, concelho de Palmela) e a reabilitação da Delegação do Porto, do biotério (Lisboa) e do sistema de ventilação e climatização da ala Norte (laboratórios) do edifício-sede em Lisboa.

Do ponto de vista do organograma funcional, foi restaurada a autonomia dos centros da Delegação do Porto, iniciada a implementação do Observatório Nacional de Saúde, criada uma unidade laboratorial de utilização comum com dois setores (core facilities) nos domínios da genotipagem e da preparação de meios de cultura e outros reagentes comuns e reorganizados os serviços comerciais (recepção de análises, contratualização,

faturação). Por determinação da tutela, prosseguiu o processo iterativo de redação de um projeto de nova lei orgânica (para substituição do Decreto-Lei 307/1993).

Durante o período em apreço, o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge foi chamado a contribuir para a produção da base de conhecimento para a tomada de decisão face a diferentes riscos públicos, nomeadamente, nos domínios da saúde ambiental (ondas de calor, cianobactérias tóxicas, minas abandonadas), das doenças infecciosas (meningite meningocócica, síndrome respiratória aguda grave, resistência aos antimicrobianos, infeção hospitalar), do bioterrorismo (associado ao pós-ataques terroristas de 11 de setembro de 2001), da segurança alimentar (contaminantes alimentares, alimentos geneticamente modificados) e das doenças genéticas (controlo das hemoglobinopatias, diagnóstico pré-natal). Esta diversificada contribuição refletiu-se positivamente no número de publicações em revistas internacionais com arbitragem científica que, no ano de 2000, foram 29 e, em 2003, 54 o que correspondeu a um significativo aumento de 86%.

No plano da internacionalização, estavam ativas, no final do período, cerca de uma centena de ações de colaboração/cooperação bilateral ou multilateral, maioritariamente com os estados-membro da União Europeia mas, também, com a Organização Mundial da Saúde, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e outros (por exemplo, os Estados Unidos da América ou os países do Magrebe).

Por iniciativa da tutela da Ciência & Tecnologia teve lugar, em 2001, o segundo exercício de avaliação internacional independente dos laboratórios do Estado. Cita-se do respetivo relatório: “The International Advisory Committee has noted with satisfaction the substantial improvement of the situation of INSA [Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge]. The leadership of the new Director and the orientation given by the Minister of Health of turning INSA [Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge] into a strong biomedical institute have positively oriented the activities of the Institute. The staff seems much more motivated than it was in the past. The areas of work – communicable diseases, non-communicable diseases, environment related health problems, food related health problems, epidemiology and bio- statistics – correspond to important social issues and validate the public service role of INSA [Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge].”

Nota: Durante parte do período 2000-2004, João Lavinha beneficiou, enquanto Diretor do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, do apoio direto de António Faria Gomes (Sub-diretor), João Amado (Diretor da Delegação do Porto) e Armindo Filipe e Maria dos Anjos Catry (Presidentes do Conselho Científico).

Nota biográfica

João Lavinha nasceu em Sintra (1949). Partindo de uma formação de base em química, complementada com um ciclo de estudos em ciências biomédicas, iniciou, em 1983, os estudos de biologia molecular humana em Portugal. Foi diretor do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (2000-2004), de cujo Departamento de Genética Humana é investigador. No estrangeiro desenvolveu atividades de investigação em departamentos das universidades de Glasgow, Cagliari e Londres e numa Unidade INSERM em Paris. Membro do board da European Society of Human Genetics (1997-2002). Os seus interesses científicos incluem (i) a epidemiologia molecular e o controlo da doença genética na comunidade; (ii) a genética da suscetibilidade a doenças; (iii) a genómica e saúde pública; e (iv) a exploração da interface ambiente/saúde.